

MAURÍCIO WALDMAN

CRISE AMBIENTAL

PONDERANDO A RESPEITO DE UM DILEMA DA MODERNIDADE



EDITORA KOTEV
SÉRIE MEIO AMBIENTE 20

CRISE AMBIENTAL:

PONDERANDO A RESPEITO DE UM DILEMA DA MODERNIDADE ¹

MAURÍCIO WALDMAN ²

RESUMO: A questão ambiental transfigurou-se como um fato central na vida contemporânea. Nesse sentido, avaliar as especificidades da crise ambiental da modernidade configura tema básico para compreender a questão ambiental, tanto nos seus aspectos mais amplos quanto nos específicos. Particularmente, a contraposição entre tradição e modernidade - que referenciam temáticas próprias no tocante à questão ambiental - conquistam relevo especial. Comparativamente, ainda que no passado seja possível identificar a irrupção de crises ambientais, essas pouco ou nada se relacionam com a crise ambiental da modernidade. Isso porque a gênese e formas de manifestação das crises ambientais do mundo da tradição e da modernidade diferem em todos os sentidos. A crise ambiental das sociedades tradicionais foi demarcada pela naturalidade e a da modernidade, pela artificialidade. Ademais, a sociedade contemporânea enfrenta dificuldades manifestas em afiançar seu padrão de utilização dos recursos naturais. Basicamente em função do esgotamento das possibilidades de expansão continuada do sistema. Nesse sentido, a crise ambiental da modernidade demarca uma fronteira civilizatória, apontando para a necessidade de revisão das prioridades e das perspectivas que seriam matriciais para a própria continuidade do mundo moderno. É essa a ponderação que o texto que segue coloca como questão chave: o *dilema* de uma civilização que busca satisfação ilimitada com base em recursos finitos. O que impõe a revisão urgente dos seus objetivos, prerrogativas e intenções.

Palavras-Chave: Tradição, Modernidade, Crise Ambiental, Tempo-Espaço, Repensar.

ENVIRONMENTAL CRISIS:

REFLECTIONS ABOUT A MODERNITY DILEMMA

ABSTRACT: The environmental issue transfigured as a central fact of contemporary life. In this sense, to evaluate the specifics of the environmental crisis of Modernity configure basic theme in order to understand the environmental issue, both in its broader aspects and the

specifics. In particular, the contrast between tradition and modernity, that refer to themselves in terms of thematic environmental issue, gain special importance. Comparatively, in the past is still possible to identify the emergence of environmental crises, these crises has little or nothing to do with the environmental crisis of modernity. This is because the genesis and forms of manifestation of environmental crises in the world of Tradition and Modernity differ in every way. The environmental crisis of traditional societies were demarcated by naturalness and environmental crisis of modernity is demarcate by artificiality. Furthermore, contemporary society faces difficulties experienced insecuring their pattern of use of natural resources. Mainly due to the exhaustion of continued expansion of the system. In this sense, the environmental crisis of modernity marks a civilization frontier, pointing to the need to review priorities and perspectives that would be continued to the very matrix of the modern world. This is the weight that puts the text that follows as a key issue: the dilemma of a civilization that seeks unlimited satisfaction based on finite resources. What requires urgent review of its objectives, prerogatives and intentions.

Keywords: Tradition, Modernity, Environmental Crisis, Time-Space, Rethinking.

.....

Discutir a questão ambiental na conjuntura atual suscita, por definição, reflexões sobre a modernidade e os desequilíbrios ecológicos que marcaram sua inserção no tempo e no espaço ³. Mais: adotando a noção de que a relação homem-natureza se corporifica pelo signo da contradição, tal discussão se imporia, pois pelo simples motivo de que nesse momento da história humana, esta atingiu as raias do paroxismo.

A sociedade moderna, tendo colocado sob sua égide toda a extensão do ecúmeno ⁴, chegou a uma espécie de situação-limite, passível de transfigurar-se, em face das disfuncionalidades que semeou, numa espécie de ponto de não retorno, tanto para a comunidade humana, quanto para o Planeta em sua acepção mais ampla.

Nesse particular, não haveria como objetar: a proporção assumida pela crise ambiental é de tal monta, que permite postular que a própria sobrevivência da espécie humana está colocada em risco:

“O exame do que significa em nossos dias o espaço habitado, deixa entrever claramente que atingimos uma situação-limite, além da qual o processo destrutivo da espécie humana pode tornar-se irreversível” [...] “Senhor do mundo, patrão da Natureza, o homem se utiliza do saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará as suas primeiras relações com o entorno natural. O resultado, estamos vendo, é dramático” (SANTOS, 1988: 44).

Outrossim, a magnitude alcançada pelos problemas ecológicos justifica esforços direcionados na sua compreensão, assim como entender os mecanismos que no interior do modo de ser do mundo ocidental, foram responsáveis pela irrupção de uma crise inédita para com o meio ambiente.

Desse modo, um primeiro ponto a ser pautado remeteria às distinções radicais que ratificaram, no tocante à modernidade, um contexto cujos pressupostos geográficos, históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos foram em tudo dessemelhantes aos que vigoraram no mundo tradicional.

Mais amplamente, tal assertiva reportaria a uma sociedade enquadrada por parâmetros simultaneamente técnicos e unificadores, apoiada em estilos de vida que de um modo sem precedentes, desvencilharam a Humanidade dos tipos tradicionais de ordem social.

Em função das prerrogativas que endossou, o mundo ocidental sentiu-se instigado a impor suas pretensões civilizatórias para o conjunto do Planeta, inaugurando com isso uma *Gessellschaft* construída a seu gosto e colocada sob seu comando. Saliente-se que a opção por essa terminologia não tem nada fortuita. No pensamento alemão, a *Gessellschaft* (sociedade) está em oposição a *Gemeinschaft* (comunidade), antinomia que na ponderação do cientista social novecentista Ferdinand Tönnies, foi consignada como segue:

“*Gemeinschaft* representava o passado, a aldeia, a família, o calor. Tinha motivação afetiva, era orgânica, lidava com relações locais e com interação. As normas e o controle davam-se através da união, do hábito, do costume e da religião. Seu círculo abrangia família, aldeia e cidade. Já *Gesellschaft* era a frieza, o egoísmo, fruto da calculista modernidade. Sua motivação era objetiva, era mecânica, observava relações supralocais e complexas. As normas e o controle davam-se através de convenção, lei e

opinião pública. Seu círculo abrangia metrópole, nação, Estado e Mundo” (RECUERO, 2001).

Na trajetória que respaldou a afirmação deste ideário, seria cabível sublinhar que a supremacia da modernidade se consolida com base no predomínio do tempo sobre o espaço; da noção do que é privado sobre a do coletivo; do que seria mundial sobre o que é de âmbito local; e *paradigmáticamente, da submissão da esfera do natural à do artificial* (WALDMAN, 2010, 2008, 2006a, 2006b, 2003a, 2003b e 1997).

Como resultado, a mediação dos humanos com a natureza passou a ser enquadrada por determinações laicas de mundo, pelo que, o meio natural perde as imemoriais atribuições mágicas e/ou metafísicas de que foi investido pela totalidade das culturas e sociedades ⁵.

Na materialização destas injunções, a sociedade moderna promoveu uma ambiciosa re colocação de recursos e técnicas. Entabulada com uma radicalidade nunca dantes observada na história, ela assentou os alicerces de uma hegemonia cujo intuito não declarado, foi garantir o bem-estar de poucos em detrimento de muitos.

Seu objetivo expresso, a apropriação privada do espaço e do meio natural, teve por sucedâneo o desmantelamento das formações socioespaciais preexistentes, evento que transcorreu paralelamente à destruição da autarquia e a implantação de uma economia global.

Recorde-se que a ferocidade dessa investida não se restringiu à submissão dos povos e culturas postados no caminho da *Gessellschaft*. No que toca à relação com a natureza, a modernidade inaugurou uma era de malbaratação dos recursos naturais cuja escalada, em franco desafio manifesto aos equilíbrios da biosfera, não dá mostra de cansaço, perseverando dos seus albores até os dias de hoje (WALDMAN, 2011 e 2010).

Nessa perspectiva, o mundo da tradição contrasta solenemente com tais invectivas. Apartadas da turbulência, agitação e do frenesi do cosmo moderno, as sociedades tradicionais eram regidas por um dinamismo mais lento, legitimado pela supremacia de desígnios sociais que tipificavam estilos de vida e de percepção da realidade desprovidos de relação com os que triunfaram no ocidente.

Tais sociedades, consideradas *frias* ao gosto da definição celebrizada pelo antropólogo francês Claude LÉVI-STRAUSS (1970), contextualizariam, pois, dinâmicas que embora distantes de um pretendido equilíbrio absoluto, se aqueciam unicamente em lapsos mais prolongados de tempo.

Nessa linha de argumentação, o cosmo da tradição seria, portanto, intrinsecamente distinto das *sociedades quentes*, filiadas à modernidade. Afirmar que dificilmente encontraria contestação, o homem imerso na esfera da tradição era regido por uma psicologia social para a qual a exigência de conformidade prevalecia sobre os ímpetos e pulsões em prol da mudança (BALANDIER, 1976: 235).

Implicitamente, esta averbação subentende o mundo inaugurado pela modernidade enquanto um “divisor de águas” dos processos sociais historicamente encetados pelos humanos. Nessa acepção, o *moderno* termina por se posicionar enquanto um marco que endereça à *tradição*, tudo o que está em desajuste com suas determinações, predicados e interesses (WALDMAN 2006a; 2006b e 1997).

Em relação ao cerne dessa discussão, a contraposição entre modernidade e tradição transparece claramente quando direcionamos o eixo da análise para a relação mantida entre o homem e o meio natural. Reportando a entendimentos diferenciados para o regimento do tempo social e a territorialização do espaço, a sociedade moderna, frente a frente das que substantivam o mundo tradicional, magnetiza dinâmicas que advogam ritmos mais acelerados de transformação do capital natural, sobremaneira muito mais brandos nas sociedades tradicionais.

Tal inferência, inscrita tanto na concretude quanto no imaginário, perpassa pela totalidade do edifício social que compõe diferencialmente o campo da tradição e o da modernidade. Contudo, entenda-se que estamos nos referindo, tanto para um caso quanto para outro, de materialidades sociais voltadas, cada uma a seu modo, *para a transformação da natureza* (ALIER, 2005 e 1992).

Exatamente em vista deste arrazoado, é cabível admoestar que o mundo tradicional, a despeito da predisposição em assimilar os fluxos da natureza com maior flexibilidade, não poderia ser ungido pela aura de uma *idade de ouro ambiental*. Tal ideiação se ajustaria ao equivocado raciocínio que subentende as sociedades tradicionais como

fiadoras convictas da estabilidade, isentas de contradições e de conflitos, e por extensão, pouco dispostas a colocar em movimento alterações com o meio natural.

Concepções desse tipo, filiadas a modelos de interpretação da realidade calcados no funcionalismo, formatando uma perspectiva marcada pela compreensão naturalista e harmônica de sociedade, sendo sua pedra de toque o conceito de totalidade social e cultural integrada, estão sujeitas a reparos de índole diversa.

Nessa via de entendimento, contrariando interpretações imersas numa visão romântica das culturas de outrora, um amplo corolário de estudos lança luz no fato de que não obstante os impactos pontuais das tecnologias de antanho, a repetitividade de determinados procedimentos, quando gravados pela cumulatividade, redundaram em transformações marcantes dos antigos ambientes de vida.

De fato, seções inteiras de paisagens tidas como natureza primeira, resultaram de ações antropogênicas levadas a cabo por variegado conjunto de caçadores-coletores, agricultores itinerantes, grupos de extrativistas e muitas outros atores difusamente catalogados como “consociados” à natureza.

No que constituiria notação emblemática, vastas superfícies da savana africana e sul-americana, tiveram, por exemplo, a revelia de influências edáficas e/ou climáticas, a caça pelo fogo enquanto fatoraçoão genética a explicar sua irrupção ⁶.

Seja frisado, as transformações promovidas pelos humanos nos espaços savaneiros usufruiriam inclusive da consagração da senioridade. Não seria demasiado frisar, a ocupação desse ambiente, especialmente na África, remontaria ao aparecimento do gênero *homo*. Qual seja: há mais de um milhão de anos atrás (Cf. HARRIS, 1982: 181; RIZZINI, 1979: 102; COUTINHO, 1977).

Sequencialmente, acompanhando a paulatina ocupação do globo pelos humanos, seria permitido rascunhar portentoso elenco de alterações promovidas por procedimentos que carimbados como “ambientalmente pouco exigentes”, interferiram de modo progressivo no meio ambiente, decorrendo na eliminação de centenas de espécies.

Para conferir: houve uma época em que concentrações de uros ⁷ eram avistadas na Gália, Bélgica, Panônia, Dácia e nos países do Báltico; em tempos passados, manadas

de camelos atravessavam o vale do Mississipi; noutros, leões se aqueciam ao Sol da Macedônia, Numídia, Pérsia, da Lacedemônia e do Bokhara; poucos milênios atrás, crocodilos se refestelavam no delta do rio Nilo e rinocerontes, chafurdavam nos rios da Borgonha; mais recentemente ainda, lobos caçavam nos campos da Nortúmbia, do Danelaw e da Cornualha e os mares nórdicos, pululavam de leões marinhos.

Pelo que seria possível entender, uma indagação não se permite calar: *Pois bem, onde foram parar estes admiráveis espécimes da fauna terrestre?* (WALDMAN, 2006b: 66).

Outra consideração, frequentemente marginalizada na sua implicação ambiental, é que *todas* as migrações humanas deixaram atrás de si um rastro de devastação consecutiva ao desbravamento e instauração dos novos assentamentos. Por exemplo, na ilha de Malta, no Mediterrâneo central, o elefante anão, uma autêntica relíquia da linha de evolução dos mamíferos proboscídeos, desapareceu logo nas primeiras vagas de ocupação humana.

Seja dito, a eliminação de formas de vida selvagem foi encetada por várias das populações tradicionais exaltadas como em “harmonia com a natureza”. Na Nova Zelândia, bem antes dos europeus, os Maori extinguiram o moa, uma magnífica ave da Oceania. Durante o Paleolítico, nos eventos que acompanharam o povoamento da América, os homens e mulheres que cruzaram o estreito de Bering 14.000 anos atrás vindos da Ásia ⁸, foram cúmplices do extermínio de numerosas espécies da fauna em sua marcha rumo ao sul.

Nas novas extensões ocupadas pelos humanos, grandes animais como o mamute, o cavalo, camelo, preguiça gigante, tigre de dentes de sabre, leões e cães selvagens, além de variadíssimas espécies da avifauna, foram implacavelmente dizimados e num bom número de casos, extintos para sempre (Cf. WALDMAN, 2006a e 2006b; TAKS *et* FOLADORI, 2002; PASCHOAL, 1978: 7).

Concretamente, nenhuma parte do ecúmeno permaneceu incólume à orquestração disruptiva das sociedades humanas. Foi o que ocorreu em Madagascar, a grande ilha do Índico africano ocupada por expedições de navegantes malaios em tempos não muito remotos ⁹. Esses intrépidos povoadores, que desafiaram a imensidão do Índico, foram responsáveis pela introdução de variadas espécies de procedência asiática, da

rizicultura em terraços e por demandas inéditas por recursos, se empenhando num manejo da paisagem que declinou em metamorfoses ambientais irreversíveis.

Destino semelhante foi reservado para espaços insulares como as Orkney, Shetland e Farøe, arquipélagos da borda europeia alcançados, a partir da Escandinávia, pelas vagas da expansão *viking*¹⁰. Estes territórios, sem maiores delongas, foram despojados da sua natureza original, assim como a Ilha Maurício e Kerguelen, situadas no Índico, e as Ilhas do Cabo Verde e Santa Helena, no Atlântico, abordadas pelos ocidentais no curso da expansão marítima e comercial (Cf. DIAMOND, 2005: 219-258).

Notadamente, a adoção da agricultura, ao promover o surgimento de campos de cultivo, que numa definição sumária constituem, nada mais, nada menos, do que “ecossistemas simplificados”, derivou em alterações ecológicas ainda mais abruptas.

Como se sabe, o Fértil Crescente, o arco geográfico formado pelo Nilo, Mesopotâmia e pelo Levante, um dos berços históricos da agricultura, foi outrora vegetado com florestas de cedro, pântanos regurgitantes de peixes, anfíbios, répteis e pássaros, campos pespontados com tufos de gramíneas e savanas ricas de fauna e flores, dos quais hoje, quando muito, restam tão só escassas reminiscências.

No antigo Egito em particular, uma ação humana bem documentada permite captar a amplitude da transformação da paisagem. O espaço deste país no período faraônico exibiu características ambientais marcadamente diferentes da natureza original. Na sua totalidade, o curso do grande rio foi verdadeiramente transformado num imenso oásis¹¹.

Na calha do rio Nilo, a planície atual estende-se sobre o que foi, milênios atrás, um terreno dominado pela naturalidade. Com a expansão da agricultura, desapareceram densas concentrações de palmares, verdadeiras florestas de palmeiras. Além do recuo do deserto, os pântanos com sua fauna e flora foram praticamente liquidados:

“Antigamente, no limiar dos aluviões anuais, os confins do deserto eram charcos cobertos de grandes juncos ondulantes, povoados por milhares de espécies de aves e por numerosa fauna de pequenos carnívoros. O Delta não apresentava esse aspecto de vasta e monótona planície que hoje conhecemos. Devia ser bastante semelhante aos

incertos pântanos que ainda hoje subsistem às portas de Alexandria” (SAUNERON, 1974: 51).

Pari passu, a atividade dos agricultores tradicionais, implicando na seleção empírica do germoplasma, foi origem de modernos exemplares de plantas tais como milho, arroz, feijão, gergelim, cítricos, tremoço, repolho, aspargo, erva-doce, batata, batata-doce, mandioca, trigo, cevada, centeio, inhame, pimentas, tomate, cacau, alface, amendoim, aveia, quinoa, fava, café, ervilha, fava, agrião, milhete e sorgo ¹².

Ab integro, estas plantas, condicentes a versões inéditas, inexistentes no meio natural, foram disseminadas a partir de circunscrições espaciais classificadas como *Centros de Origem e Diversidade Vavilov* ¹³, notabilizadas pela seleção genética antropogênica e produtividade das culturas, que de modo paulatino, foram adotadas e/ou introduzidas nos mais diferentes quadrantes do ecúmeno (WALDMAN, 2006a; 1997).

Quanto à domesticação dos animais, a pecuária amparou a proliferação ou mesmo a criação de novas espécies, concentrando seus esforços na seleção premeditada de reduzido conjunto de espécimes da fauna selvagem, que dotadas então de pendores especializados, foram a seguir aclimatadas em outros espaços e privilegiadas como elementos de base pelas economias antigas. Estas seriam, de acordo com o geógrafo Roland BRETON:

“A cabra e o carneiro no Crescente Fértil; o asno no Egito; o boi e o pato no sul da Europa; o boi zebu e talvez a galinha e o porco, na Índia; o búfalo aquático no Sudeste Asiático; o iaque no Tibete; o camelo da Tartária na Ásia Central; o dromedário nos desertos da Arábia; o cavalo nas estepes da Eurásia; a rena na Tundra; o peru na América do Norte e finalmente, a cobaia, a lhama e a alpaca na América do Sul” (1990: 47).

Importaria rubricar que tais inovações, em vista de se desdobrarem em readequações genéticas, hidrológicas, climáticas, pedológicas e biogeográficas, afetaram a fisionomia e o funcionamento das paisagens de modo irrevogável. Por sinal, as sequelas das condutas do homem tradicional quanto ao uso dos recursos naturais chamaram a atenção de mais de um estudioso. Eis como o atento olhar de Friedrich ENGELS captou esta sucessão de eventos:

“Os homens que na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e noutras partes destruíram os bosques para obter terra arável, não podiam imaginar que dessa forma, estavam dando origem à atual desolação dessas terras ao despojá-las de seus bosques, isto é, dos centros de captação e acumulação de umidade. Os italianos dos Alpes, quando devastaram, na sua vertente Sul, os bosques de pinheiros, tão cuidadosamente conservados na vertente Norte, nem sequer suspeitavam que, dessa maneira, estavam arrancando, em seu território, as raízes da economia das granjas leiteiras; e menos ainda suspeitavam que assim estavam eliminando a água das vertentes da montanha, durante a maior parte do ano e que, na época das chuvas, seriam derramadas furiosas torrentes sobre as planícies” (1979: 224).

Porém, se podemos arrolar procedimentos que questionam a imagem romântica das “sociedades ecológicas” de tempos passados, de outra parte, é necessária certa cautela tanto na aferição da performance ambiental das formações sociais do passado, quanto, mais ainda, relativamente às falsas analogias que imprudentemente são tecidas comparando o mundo tradicional com o moderno.

Conforme destacado, o mundo tradicional foi estruturado com base em premissas discrepantes das que comandam a modernidade. Tomando apenas esse ângulo como vertente de avaliação, nada permite conectar os desequilíbrios ambientais no passado com os que irrompem com o advento da sociedade contemporânea.

Na prática, a crise ambiental na Antiguidade, mesmo em seus piores cenários, irrompia em sinergia com determinações dessemelhantes das que hoje conhecidas e nesse exato sentido, intuía origens e impactos diferentes dos que caracterizam a crise ambiental da modernidade (WALDMAN, 2008, 2006a, 2006b e 1997).

Por isso mesmo, **note-se em primeiro lugar** que em contraste com o mundo moderno, as sociedades sob comando do tradicionalismo não eram obcecadas pela preocupação de aumento constante de bens materiais, nem em ofertar maior conteúdo tecnológico às formas estabelecidas de produção. As coletividades tradicionais, inversamente ao mundo moderno, advogavam uma firme determinação pelo não-desenvolvimento das forças produtivas, explicitando, por intermédio de sucessivos modos de relação com a natureza, *um diálogo permanente da artificialidade com a naturalidade*.

Uma segunda consideração, é que as sociedades tradicionais foram gravadas por uma *naturalidade da metamorfose* (isto é, uma artificialidade empapada pelos fluídos da natureza), evidência válida desde a mais “rústica” sociedade de caçadores-coletores até os grandes impérios territoriais de outrora.

Mesmo na hipótese de construirmos uma proposição dispondo, numa ordem de mote ascensional, uma sequência de formações sociais acatando gradativos distanciamentos do meio natural, ainda assim, nos depararíamos com versões de territorialidades nas quais o espaço, em maior ou menor grau, *continuará mesclado com as pulsões do meio natural*.

Estruturalmente, num sentido contrário ao mundo inaugurado pela modernidade, as sociedades tradicionais, em função dos conteúdos de naturalidade organicamente entrelaçados à artificialidade, recidivamente convocavam a natureza como parceira na sustentação do espaço articulado e da ordenação do tempo social. O mundo da tradição, mantendo diálogo permanente com as forças naturais, apenas em situações excepcionais entabulou ações carentes de zelo quanto aos recursos dos ecossistemas com os quais interagia.

Uma terceira pontuação nodal revela que majoritariamente, as crises ambientais das sociedades da antiguidade não implicaram na esterilização dos fluxos naturais. Deste modo, hecatombes ecológicas tais como as que acometeram a civilização da Ilha da Páscoa¹⁴, foram incomuns¹⁵, absolutamente distantes de constituir uma norma. Via de regra, uma renaturalização da paisagem humanizada desenvolvia-se *pari passu* com processos de reconstituição dos arranjos espaciais e/ou com a aparição de novos.

A título de exemplificação, no que mais tarde seria definido como Europa Ocidental, o desmantelamento do velho escravismo romano foi sucedido por intensa revitalização do ambiente. Em muitas regiões, reapareceram matas de carvalhos e bétulas, ao passo que campos e charnecas recuperaram os antigos limites e foram repovoados por javalis, lobos e variada fauna de aves, répteis e roedores.

Frequentemente, as “contraofensivas” da natureza, retomando espaços que uma vez lhe haviam sido roubados pela propensão humana em esculturar o meio natural, *demonstram as limitações desse empenho*, e igualmente, sua relação siamesa com os ciclos ambientais mais proeminentes com os quais o homem do passado interagia.

Numa notação que poderia ser multiplicada para um diversificado rol de contextos, a renaturalização dos espaços humanizados chegou a borrar inclusive o reconhecimento das marcas deixadas pelas finadas orquestrações civilizatórias ¹⁶.

Sintetizando, conquanto as crises ambientais do mundo antigo possam ter assumido cores drásticas e pungentes, não haveria como igualá-las com a crise ecológica da modernidade. Nos dias de hoje, estão ausentes aqueles epifenômenos que justamente personalizavam a *débâcle* das sociedades pré-modernas. Outrora, o mundo tradicional configurava um *cosmos-natureza*, pontilhado aqui e ali por espaços mais estruturados ou caracterizados por maior agregação de artificialidade.

Contudo, estavam perpetuamente sujeitos a serem resgatados a qualquer instante por aquelas porções ainda menos buriladas pelos humanos. Comumente, a articulação ambiental da sociedade nutria-se da heterogeneidade, da compartimentação e das pulsões presentes no meio ambiente, faturação tributária da sólida aliança mantida pelos enunciados da concretude social e da vida espiritual com os fluxos naturais.

Tal evidência, despontando continuamente em todo o universo tradicional, encontrou expressão numa coletânea de simbolismos presentes nas lides do cotidiano, na arte e na religião, aos quais somavam-se diferentes tipologias de objetos espaciais, obras que confirmam a energização social do tempo e do espaço ¹⁷, que interagindo com a espessura úmida do meio natural, se tornaram seus epítomes inquestionáveis (*passim* WALDMAN, 2006a e 1997).

Neste senso, a discussão da crise ambiental na demarcação colocada pela sociedade contemporânea, compartilha problemáticas pouco ou nada atinentes com os primados consentidos pelos humanos da pré-modernidade. Notadamente, o fortalecimento da moderna sociedade global consorciou-se a um horizonte temporal de novo tipo, empoderado da autoridade de parâmetro dominante nas expectativas imaginárias e concretas do sistema. Essa nova interpretação do tempo social, *definida como linear e progressiva*, afirma-se na apologia da rapidez, da velocidade, da transitoriedade e na prevalescência da fruição linear da temporalidade ¹⁸.

Assim, ao contrário das culturas tradicionais, nas quais o passado era honrado e seus símbolos valorizados por conterem a experiência de gerações, no *ethos* moderno, o tempo pretérito foi esvaziado de sentido. O mundo contemporâneo é regido por um

universo de valores no qual o presente tornou-se um instante fugidio, um lapso que se apaga automaticamente na transcorrer do passado para o futuro.

A passagem da fruição do tempo, ao metamorfosear tudo em passado, torna-se volátil e contrafactual. Deste modo, a temporalidade deixa de vincular-se com a segurança ontológica das pessoas. Com a derrocada do cadenciamento tradicional do tempo, mormente das suas leituras cíclicas e têmporo-ecológicas, os humanos se desligaram de uma intelecção orgânica da temporalidade e subseqüentemente, dos ritmos da natureza (Cf. GOUREVITCH, 1975: 282-283).

Fato óbvio, mas que sempre reclama reapresentação, as proposições do tempo, uma vez configurando um fenômeno social, não podem ser dissociadas das propensões objetivas da sociedade ocidental.

Nesse prisma, uma das pontuações de destaque na identificação do móvel central da modernidade é a que transita na obra *A Grande Transformação: As origens da nossa época*, texto do filósofo, economista e historiador húngaro Karl Polanyi (1886-1964). Publicado nos idos de 1944, esta obra, considerada uma das contribuições intelectuais mais expressivas de todo o Século XX, nem de longe aparenta somar seis décadas de circulação.

Em uma afinadíssima exposição, Polanyi discute como a instituição novecentista do liberalismo econômico, por ele equiparado ao mercado autorregulador, teve sua supremacia alavancada por intermédio da destruição da antiga idiossincrasia social, subjugada por um sistema no qual coube à esfera do econômico, *o comando exclusivo da sociedade*.

Este feito, *sublinhado como único na história humana*, hodiernamente consubstancia uma argumentação ratificada por amplo espectro de cientistas sociais. Nas palavras de Karl POLANYI em pessoa, essa nuance é desvelada tal como segue:

“Todos os tipos de sociedades são limitados por fatores econômicos. Mas, somente a civilização do século XIX foi econômica em um sentido diferente e distinto, pois ela escolheu basear-se num motivo muito raramente reconhecido como válido na história das sociedades humanas e, certamente, nunca antes elevado ao nível de uma

justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber, o lucro. O sistema de mercado autorregulável derivou exatamente desse princípio” (2000: 47).

Neste sentido, a organização do tempo sob o capitalismo, advoga uma materialidade cadenciada pelos ritmos incessantes do tempo da produção, da circulação, do consumo e da realização da mais valia (SANTOS, 1978 e 1988). A dimensão cósmica que sempre havia habitado o tempo e o espaço, entrelaçando ambos e os conectando simultaneamente aos humanos, foi abolida e substituída por uma outra, de cunho eminentemente prático e quantitativo, descolando o tempo do espaço.

A ruptura da parceria com o espaço representou, desta maneira, a possibilidade do tempo substantivar-se em numa cronologia temporal alheia a qualquer outra determinação, e por esta via, conotada por certo sentido de velocidade que constitui a marca por excelência da modernidade.

No que há de singular, nada semelhante à temporalidade moderna pode ser localizado no passado do homem. A temporalidade inaugurada pela economia de mercado é alheia aos ciclos presentes no espaço natural, que outrora, configuravam referência determinante para a organização do próprio tempo social.

Uma vez extintos os laços de solidariedade que sempre haviam acoplado de forma inquebrantável o espaço ao tempo, sobreveio a hegemonia incontestada do tempo. Na modernidade, e tão só nesta tipologia de sociedade, é que a dimensão do espaço passa a ser verdadeiramente o resultado da produção, emanação direta do tempo, seu resultado objetivo, concreto e material.

Em face do exposto, caberia destacar a impropriedade de discutir a crise ambiental desvinculada de balizas históricas, culturais e geográficas, e menos ainda, desprovida dos suportes sociais, estacas que justamente asseguram à esfera do econômico, a proeminência alcançada nos tempos modernos.

Veredicto inevitável, a explosiva equação que molda a crise ambiental dos nossos dias torna-se única até porque, expressa contradições que tipificam de um modo que não tem como ser negado, o estilo de vida moderno. Consecutivamente, esse pano de fundo permite a apresentação de um elenco sumário de aspectos que denunciam a

personalidade da crise ambiental contemporânea e os desdobramentos inerente à sua lógica e ao seu *modus operandi*. Estes, a saber, seriam:

Primeiramente, a crise nos dias atuais diferencia-se das que eclodiram nos grupos tradicionais pelo seu caráter cruamente inexorável. No passado, ao menos em princípio, a perdurabilidade e a estabilidade do arranjo territorial é que se colocava como a hipótese mais provável para uma sociedade na sua projeção histórica e geográfica ¹⁹.

Entretanto, o desencaixe do tempo com o espaço proposto pela civilização ocidental não admite tal prognóstico. O cadenciamento do tempo no mundo contemporâneo sustenta contradição irrefreável para com o meio natural, cujo pressuposto básico, o predomínio das dinâmicas temporais sobre as espaciais, faz com que a propensão do sistema se volte inclusive contra a arquitetura da artificialidade que ele mesmo ergue e esboça.

No mundo moderno, a reconstrução permanente do espaço, sua transitoriedade e sua contínua remodelagem, expressa pois então, um dinamismo autofágico do sistema, retratado num desequilíbrio ambiental estrutural que transparece inclusive como sua *raison d'être* (Cf. WALDMAN, 2006a, 2006b e 1994b).

Em segundo lugar, a partir do momento em que a crise da modernidade se especifica em razão de um caráter eminentemente temporal, seria factível pontuar que o mundo moderno tende a responder frente a crise que gera na relação com o meio ambiente, *lançando mão da introjeção de conteúdos ainda maiores de tempo ao espaço e não como outrora, pela incorporação de mais espaço ao tempo*.

Essa estratégia temporal se especifica, por exemplo, nas inovações tecnológicas *high tech*, primando por padrões não-presenciais e rapidez cada vez mais exacerbados. Daí que as fibras óticas, os sistemas *on line*, a telefonia celular, os satélites, a robótica, a informática, a mecatrônica e as redes computadorizadas, dentre outros dispositivos, aparatos e *gadgets*, tornaram-se ícones do sistema de engenharia da modernidade, epifenômenos que embora não sejam aparentes para a imensa maioria dos humanos, *constituem expressão imanente de sua própria entropia* (WALDMAN, 1997).

Um terceiro ponto, e uma vez mais diferentemente do passado, dado que o padrão temporal dominante pivoteia um nexu firmado na ruptura radical para com o tempo-espaço da natureza, a exaustão do padrão civilizatório existente - *that is to say: um colapso ambiental* - não tem como suscitar revitalização posterior do espaço habitado.

Na artificialidade rígida que irrompe das entranhas do tempo linear e progressivo, estão colocados *handicaps* que questionam e contradizem a orgulhosa autoimagem da modernidade. O que temos pela frente é um admirável mundo novo cheio de brumas, de chuva ácida intermitente, de plásticos, de corrosivos, de penumbra, de vazio, de solidão e de altos edifícios.

Não admira, pois a suspeita intuitiva que assombra a consciência moderna quanto à falibilidade da *Gesellschaft*. Esse sentimento impulsiona, por exemplo, uma profícua produção cinematográfica versando sobre os inglórios tempos posteriores ao desastre final, antecipação apologética dos limites da modernidade e do quão pouco que poderá ser feito para corrigir esses rumos (Cf. WALDMAN, 2011, 2008 e 1994b).

Um quarto apontamento, decorrente do esmiuçamento do argumento anterior, é que a ordenação dos arrazoados da crise ambiental contemporânea, ao se revestirem de determinações não restritas a um padrão clássico e ao mesmo tempo, incluírem novas (tais como o desencaixe do tempo com o espaço), sinalizam simultaneamente para duas direções.

Uma delas está materializada nas “respostas” emitidas pelo meio natural enquanto “devolutiva” das agressões provenientes da natureza socializada, inscrevendo-se na clássica formulação engelsiana das *vinganças da natureza* (ENGELS, 1979: 223). Outra derivação significativa, e nisto, uma vez mais a modernidade difere fundamentalmente da antiguidade, *presenciamos desequilíbrios que resultantes da artificialização do mundo, se traduzem pela artificialidade dos elementos que compõem a sua crise*.

Neste recorte, note-se que no mundo contemporâneo, os distúrbios “ecológicos” são eminentemente laicos. Ao contrário do mundo da tradição, em vista dos transtornos derivarem exclusivamente do saber institucionalizado, os riscos ambientais tornaram-se virtualmente secularizados. Pois então, não há mais lugar para propiciações mágicas e/ou explicações de índole cosmológica. Concretamente, o homem moderno defronta-

se, na crise ambiental, com a crise de seu próprio devir enquanto proposta civilizatória (*passim* WALDMAN, 1992a, 1992b e 1992c).

Isso posto, a modernidade, ao ter se posicionado em defesa intransigente do indivíduo, do triunfo sobre o meio natural e de uma mundialização cujos paradigmas são aqueles que ela própria criou para seu deleite narcisista, encontra-se numa encruzilhada crucial, ou como frisamos recentemente noutra material, diante de um *dilema* (Cf. WALDMAN, 2011).

Nesta delimitação, retenha-se que o plano do imaginário, contrariamente às antigas sociedades tradicionais, o mundo moderno não dispõe das estruturas cognitivas pelas quais, as sociedades de outrora se afirmavam através de um diálogo sensível com a natureza, com o universo e o cosmos.

Vítima de sua própria racionalização e “despaganização” de mundo, a sociedade ocidental, hoje planetarizada, defronta-se, angustiada, com os perigos profanos gerados pela dessacralização de valores, crenças e posturas que durante a maior parte da história da humanidade, foram o suporte sensível da percepção da realidade.

Nesta senda, o homem moderno é cotidianamente bombardeado por problemas que, por sua intratabilidade, passam numa busca premeditada de desatenção civil, para um segundo plano, o que para complicar, desarma as possíveis respostas a estes mesmos problemas (WALDMAN, 2006a; DIAMOND, 2005; SENNETT, 1993 e DIÓGENES, 1992).

Certo é que as desventuras desta empreitada não passaram despercebidas a muitos pensadores do próprio ocidente. Dentre várias advertências, deve-se a Sigmund Freud a célebre sentença *mal-estar da cultura*, título de conhecido ensaio homônimo, no qual o fundador da psicanálise, alarmado com as implicações do padrão civilizatório em vigor, advertia sobre as possibilidades de destruição total conferidas pelo processo de racionalidade embasado na técnica e na ciência em favor da violência voltada contra os próprios humanos.

Eis como Freud simultaneamente concluía e delineava as consequências da propensão da razão ocidental em negar, ignorar ou desqualificar os tentames sensíveis que imemorialmente haviam garantido segurança aos humanos:

“Os homens alcançaram um domínio tal sobre as forças da natureza que se lhes tornou difícil hoje em dia servir-se delas para se exterminarem até o último. Eles sabem disto, e daí provém uma boa parte da inquietação atual, de seu mal-estar e de sua angústia. É de se esperar que o outro dos dois poderes celestes, o Eros eterno faça um esforço em afirmar-se na luta contra seu adversário, o Thanatos, também eterno. Mas quem é que poderá prever o resultado e o desfecho?” (in LEÃO, 1992: 225).

Caberia ressaltar o quanto não se permite deixar de lado a severa admoestação de Freud, pois ignorá-la, somente fortaleceria uma propensão capitulacionista que aliás, parece já ter se aninhado nos interstícios da consciência do homem contemporâneo.

Trata-se de uma visão pessimista pela qual nada mais poderia ser feito, no qual subrepticiamente os problemas que nos acodem, considerados insolúveis e intratáveis, em vez de despertarem a consciência, amortecem a visão crítica e as necessárias - e também imprescindíveis - tomadas de posição.

Contudo, não há como evitar o questionamento de valores e concepções que regem a vida contemporânea. Em particular, o que se exige é um convite para um repensar especial da relação com a natureza, e neste contexto, rever o modo como entendemos a fruição do tempo.

E isto, fundamentalmente pelo fato da humanidade estar submetida a uma dinâmica impessoal, acelerada e artificial, o que induz o esquecimento de que na história, ao lado da evolução, a estabilidade desempenhou papel fundamental (Cf. GOUREVITCH, 1975: 282-283).

Que seja então colocado o debate dos rumos do mundo moderno, posicionando projetos, anseios e expectativas que apontem para um *tempo novo*, matricialmente diferente deste que conhecemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS & CAPÍTULOS DE LIVROS

ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro (RJ): Campus. 1990;

ALIER, Joan Martínez. *El Ecologismo de Los Pobres - Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración*. Barcelona (Espanha): Icaria-Antrazyt-Flacso, 2005;

BALANDIER, Georges. *As Dinâmicas Sociais - Sentido e Poder*. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Editora Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1976;

BANU, Ion. *La Formación Social "Asiática" en la Perspectiva de la Filosofía Oriental Antigua*. In: *El Modo de Producción Asiático*, Roger Bartra (organizador). Coleção El hombre y su tiempo, Cuarta edición. México (DF): Ediciones ERA. 1978;

BARTRA, Roger. *El Modo de Producción Asiático - Problemas de la historia de Los países coloniales*. In: *El Modo de Producción Asiático*, Roger Bartra (organizador). Coleção El hombre y su tiempo, Cuarta edición. México (DF): Ediciones Era. 1978;

BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas*. Coleção Geografia e Sociedade volume 2. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra. 1982;

BRETON, Roland Jules-Louis. *Geografia das Civilizações*. Série Fundamentos, nº. 60. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;

CARDOSO, Ciro Flamarion Santanna. *O Egito Antigo*. Coleção Tudo é História, nº. 36. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1982;

CROSBY, Alfred Worcester. *Imperialismo Ecológico - A Expansão Biológica da Europa: 900-1900*. 1ª reimpressão. São Paulo (SP): Companhia das Letras. 2000;

CUVILLIER, Armand. *Sociologia da Cultura*. Porto Alegre e São Paulo (RS-SP): Coedição Editora Globo e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

DIAMOND, Jared. *Colapso: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Editora Record. 2005;

DIAS, Genebaldo Freire. *Pegada Ecológica e Sustentabilidade Humana*. São Paulo (SP): Gaia. 2002;

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Edição do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Úmidas Brasileiras (NUPAUB). São Paulo (SP): Universidade de São Paulo (USP). 1994;

DOLLFUS, Olivier. *O Espaço Geográfico*. Coleção Saber Atual, nº. 153. São Paulo (SP): Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1972;

ELIADE, Mircea. *O Mito do Eterno Retorno*. Coleção Perspectivas do Homem. Lisboa (Portugal): Edições 70. 1978;

ELLIOTT, Lorraine. *The Global Politics of the Environment*. Reino Unido: Macmillan Press Ltd., impresso na Malaysia. 1998;

ENGELS, Friedrich. *A Dialética da Natureza*. Coleção Pensamento Crítico, nº. 8. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra. 1979;

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. *O Mundo Antigo: Economia e Sociedade*. Coleção Tudo é História, nº. 39. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1982;

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos Editora (LTC). 1989;

GOULD, Stephen Jay. *Seta do Tempo e Ciclo do Tempo - Mito e Metáfora na Descoberta do Tempo Geológico*. São Paulo (SP): Editora Companhia das Letras. 1991;

GOUREVITCH, Aron Yakovlevich. *O Tempo como Problema de História Cultural*. In: Estudos reunidos pela UNESCO. Petrópolis e São Paulo (RJ-SP): coedição Editora Vozes e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

- GUGLIELMO, Antônio Roberto. *A Pré-história: Uma Abordagem Ecológica*. Coleção Tudo é História, nº. 135. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1991;
- JONES, Emrys. *Geografia Humana*. Nueva Colección Labor, nº. 16. Barcelona (Espanha): Editorial Labor S.A. 1966;
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1988;
- LEÃO, Emmanuel Carneiro. *Modernidade e Violência*. In: *Democracia e Diversidade Humana: Desafio Contemporâneo*, Juana Elbein dos Santos (organização), Salvador (BA): Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (SECNEB). 1992;
- LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes/ PNUMA. 2004;
- LEVY-STRAUSS, Claude. *Raça e Historia*. São Paulo (SP): Editora Perspectiva. 1970;
- MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-capitalistas: Formen*. Coleção Pensamento Crítico, nº. 3. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra. 1975;
- MEADOWS, Dennis L. *et alli* (Organizadores). *Limites do Crescimento: Um Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade*. Coleção Debates, nº. 90. São Paulo (SP): Editora Perspectiva. 1973;
- MERCIER, Paul. *História da Antropologia*. Lisboa (Portugal): Editorial Teorema. 1986;
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 3ª edição. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 2002;
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época*. 8ª. edição. Rio de Janeiro (RJ): Editora Campus. 2000;
- RIZZINI, Carlos Toledo. *Tratado de Fitogeografia do Brasil - Aspectos Ecológicos*. São Paulo (SP): Coedição Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC) e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1976;

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 3ª edição. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1999;

_____. *Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico informacional*. 4ª edição. Coleção Geografia e Realidade, nº. 25. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1998;

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. Texto escrito com a colaboração de Denise Elias. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1988;

_____. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo (SP): coedição Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1978;

SAUNERON, Serge. *A Egiptologia*. Coleção Saber Atual. São Paulo (SP): Editora Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1974;

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: As Tirantias da Intimidade*. 3ª reimpressão. São Paulo (SP): Companhia das Letras. 1993;

TOFLER, Alvin. *O Choque do Futuro*. 1ª edição. São Cristóvão (RJ); Editora Arte Nova, 1973;

TOYNBEE, Arnold. *A Humanidade e a Mãe-Terra - Uma História Narrativa do Mundo*. 2ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores. 1979;

TUAN, Yi Fu. *Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo (SP): Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1980;

VERCOUTTER, Jean. *O Egito Antigo*. Coleção Saber Atual, nº. 164. São Paulo (SP): Editora Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1974;

VERNADSKI, Wladimir. *The Biosphere and the Noosphere*. Leesburg (Virginia, EUA): Executive Intelligence Review. 2005;

VIOLA, Eduardo et LEIS, Hector Ricardo. *Desordem Global da Biosfera e a Nova Ordem Internacional: O Papel Organizador do Ecologismo*. In: *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro (RJ): Fase/Vozes/Airi/PUC-RJ. 1973;

WACKERNAGEL, Mathis. *Ecological Footprint of Nations*. Xalapa (México): Centro de Estudios para la Sustentabilidad de la Universidade Anahuac de Xalapa. 1998;

WALDMAN, Maurício. *Lixo: Cenários e Desafios - Abordagens básicas para entender os resíduos sólidos*. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2010a;

_____. *Meio Ambiente & Antropologia*. Série Meio Ambiente, nº. 6. 1ª. edição. São Paulo (SP): Editora SENAC. 2006a;

_____. *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*. Coleção Caminhos da Geografia, 8ª edição. São Paulo (SP): Editora Contexto. 1992;

WALDMAN, Maurício et alli. *Memória D'África - A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2007;

WITTFOGEL, Karl August. *As Causas Naturais da História Econômica: Natureza e Sociedade no Sistema Marxiano*. In: Seleção de Textos, nº. 20. São Paulo (SP): Edição da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). 1993;

TESES & DISSERTAÇÕES

WALDMAN, Maurício. *Água e MetrÓpole: Limites e Expectativas do Tempo*, Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FLCH/USP). Disponível *on line* em: <<http://www.teses.Usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20062007-152538/>>. Acesso em: 12-11-2010. 2006b;

_____. *Metamorfoses do Espaço Imaginário*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo (SP): Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 1997;

PAPERS & ARTIGOS

ALIER, Juan Martinez. *El ecologismo de los pobres*. In: Revista Envio, publicação mensal da Universidade Centro Americana de Manágua nº. 125. Manágua (Nicarágua): Envio. 1992;

ALVES, José Eustáquio Diniz. *A Linguagem e as Representações da Masculinidade*. Textos para discussão da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, nº. 11. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2004;

COUTINHO, Leopoldo Magno. *Queimadas e Floração*. In: Suplemento Cultural do jornal O Estado de S. Paulo (OESP), nº. 13, ano I, pp. 4-5, 1977;

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. *Pós Modernidade: Mito e Natureza*. Fortaleza (CE): Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS) e Universidade Federal do Ceará (UFC). 1992;

FOLADORI, Guillermo. *Paradojas de la sustentabilidad: ecológica versus social*. Dossier Sustentabilidad: un debate a fondo. Espanha: Trayectorias, Revista de Ciencias Sociales de La Universidad Autónoma de Nuevo León Año IX, nº. 24. Maio-Agosto 2007. 2007;

HARRIS, David H. *A Ecologia Humana em Meio Ambiente de Savana*. In: Revista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ano 44, exemplar de Janeiro/Fevereiro. Rio de Janeiro (RJ): IBGE. 1982;

MONTERO, Paula. *Reflexões sobre uma Antropologia das Sociedades Complexas*. In: Revista de Antropologia, nº. 34, pp. 103-130. São Paulo (SP): Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 1991;

PASCHOAL, Adilson D. *Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais*. Jornal O Estado de S. Paulo, São Paulo, Suplemento Cultural, nº. 75, pp. 7-8, edição de 26-03-1978. 1978;

RECUERO, Raquel da Cunha. *Comunidades Virtuais: Uma Abordagem Teórica*. V Seminário Internacional de Comunicação, 2001, PUC-RS, Grupo de Trabalho de Comunicação e Tecnologia das Mídias. Texto disponível *on line* em: < <http://www.pontomidia.com.br/raquel/teorica.pdf> >. Acesso em: 08-08-2005. 2001;

TAKS, Javier *et* FOLADORI, Guillermo. *La Antropología Frente al Desafío Ambiental*. In: Revista Mad, publicação eletrônica semestral de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Chile. Texto disponível *on line* em: < <http://sociales.uchile.cl/publicaciones/mad/06/paper04.htm> >. Acesso em: 15-01-2005. 2002;

WALDMAN, Maurício. *Hegemonia Europeia: Processo Cultural, Histórico e Social*. Série Educação Popular, nº. 1. Título disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/educacao_popular_01.pdf >. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018;

_____. *O Baobá na Paisagem Africana: Singularidades de uma conjugação entre natural e artificial*. Edição especial África Única e Plural - *Mélanges* em homenagem ao Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão (Organização: Kabengele Munanga). Revista África, Número Especial: África Única e plural. Volume 20/2, pp. 223-235. Universidade de São Paulo (SP) Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). 2012. Texto disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/africanidades_23.pdf >. 2012;

_____. *Limites da Modernidade: Dilemas do Esgotamento dos Recursos*. Paper elaborado como subsídio para a Palestra “Sustentabilidade: Cenários e Desafios”. XII Jornada de Educação e XII Simpósio de Iniciação Científica da Faculdade de Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente (FACLEPP), da Universidade do oeste Paulista (UNOESTE). Texto masterizado e incorporado à Série Meio Ambiente nº. 19 pela Editora Kotev (São Paulo, SP). Título disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/meio_ambiente_19.pdf >. 2011;

_____. *Cartografias do Racismo: Arquétipos, Fantasmas e Espelhos*. In: Revista Geousp nº 23, p. 44-63. São Paulo (SP): Publicação de Pós-Graduação do Depto de Geografia da FFLCH-USP. 2008. Texto masterizado e publicado na Série Antropologia: Coleção Temas Contemporâneos, nº. 2. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016. Título

disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/cartografias_do_racismo_02.pdf >. 2008;

_____. *Cartografias do Racismo: Imaginário, Espaço e Discriminação Racial*. In: Revista Geosp nº 14, p. 45-64. São Paulo (SP): Publicação de Pós-Graduação do Depto de Geografia da FFLCH-USP. 2003; Texto masterizado e publicado na Série Antropologia: Coleção Temas Contemporâneos, nº1. São Paulo (SP): Editora Kotev. Título disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/cartografias_do_racismo_01.pdf >. 2003a;

_____. *Para Onde Vamos? Ecologia, Economia e Ecumenismo*. In: Meio Ambiente e Missão - A Responsabilidade Ecológica das Igrejas (Organização: Clóvis Pinto de Castro), pp. 13-42. São Bernardo do Campo (SP): Editora da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (EDITEO). Texto disponível *on line* em: < http://www.mw.pro.br/mw/eco_para_onde_vamos.pdf >. 2003b;

_____. *Espaço e Modo de Produção Asiático*. In: Boletim Paulista de Geografia (BPG), nº. 72. São Paulo (SP): Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção local São Paulo. 1994a;

_____. *Tempo, Modernidade e Natureza*. In: Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, nº. 16, pp. 24-73, Setembro de 1994. Presidente Prudente (SP): Seção local da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). 1994. Texto masterizado e incorporado à Série Antropologia do Espaço, Nº. 1. São Paulo (SP): Editora Kotev. Texto disponível *on line* em Formato PDF: < http://mw.pro.br/mw/antropologia_do_espaco_01.pdf >. Acesso em: 22-04-2019. 1994b;

_____. *Divisão Internacional dos Riscos Técnicos e Ambientais*. In: revista Tempo e Presença, nº. 261, edição especial de Meio Ambiente, Janeiro-Feveireiro de 1992. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1992B;

_____. *Templos e Florestas: Metamorfoses da Natureza e Naturalidades da Metamorfose no Antigo Oriente*. Texto mimeo. São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). 1992c.

TEXTOS CLÁSSICOS

Commentarii de Bello Gallico - The Gallic Wars, by Julius Caesar (menu page linking 8 books). Translated by A. McDevitte and W.S. Bohn (1869), Classics.MIT.edu. Acesso em 19-11-2010: < <http://classics.mit.edu/Caesar/gallic.html>. 2009 >.

DEPOIMENTOS

WALDMAN, Maurício. *Cultura do Obsoleto Deve Ser Esquecida, Afirma Consultor*. Entrevista para a Folha de S. Paulo, Caderno de informática, edição de 22-03-2009. Disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/depoimento_folha_04_02_2009.pdf >. Acesso: 16-10-2009. 2009;

_____. *Machtlose Umweltpolitik*. Depoimento prestado para a revista Latein Amerika Nachrichten. República Federal da Alemanha: Berlim, nº 221, páginas 22-44, exemplar de Novembro de 1992. 1992c.

INFORMATIVOS ELETRÔNICOS

ISA - Manchetes Socioambientais

Informativo eletrônico elaborado pelo Instituto Socioambiental (ISA). < <https://www.socioambiental.org/pt-br/manchetes> >

FILMOGRAFIA

Blade Runner, Estados Unidos, 1982, de Ridley Scott (118 minutos).

Einstein, documentário de kawamura Atsumori e matsushima Naozo, NHK Enterprises. 1991 (7 capítulos de 1 hora).

Tempos Modernos, Estados Unidos, 1936, de Charles Chaplin (87 minutos).

1 Crise Ambiental: Ponderando a Respeito de um Dilema da Modernidade refere-se a *paper* elaborado a partir de pesquisas anteriores do autor, fundamentalmente nos campos do saber antropológico e do geográfico, para prover informação em texto-base para os participantes do IX Encontro Anual de Extensão (ENAEXT) e IV Fórum Regional de Meio Ambiente da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), de Presidente Prudente (SP), aos 20 de Outubro de 2011, material este, posteriormente publicado pela Revista Crítica Histórica, Ano II, Nº 4, Dezembro/2011, pp. 295-313, publicação semestral do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDHis), dos cursos de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Em Outubro de 2019, o texto **Crise Ambiental: Ponderando a Respeito de um Dilema da Modernidade** foi revisado e masterizado, incorporando cautelas modelares de estilo, reformatação textual e ajustes de programação inerentes ao formato PDF, iniciativa realizada com os préstimos da **Editora Kotev** (Kotev©), visando disponibilizar o material em acesso livre na Internet em formatação modelar própria para consulta por toda sorte de *gadgets* eletrônicos, inclusive aparelhos celulares. Confira-se que esta edição eletrônica, incorpora revisão ortográfica acatando regras vigentes da norma culta na língua portuguesa, em vigor desde 2009. A formatação do material contou com a Assistência de Editoração, Pareceres Técnicos e Tratamento Digital de Imagens do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, Contato E-mail: francesco_antonio@hotmail.com, Home-Page: www.harddesignweb.com.br. Retenha-se que o texto de **Crise Ambiental: Ponderando a Respeito de um Dilema da Modernidade** é um material gratuito, sendo vedada qualquer modalidade de reprodução comercial e igualmente, de divulgação sem consentimento prévio da **Editora Kotev** (Kotev©). A citação de **Crise Ambiental: Ponderando a Respeito de um Dilema da Modernidade** deve obrigatoriamente incorporar referências bibliográficas conforme padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *Crise Ambiental: Ponderando a Respeito de um Dilema da Modernidade*. Série Meio Ambiente, Nº. 20. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2019.

2 Maurício Waldman é antropólogo, jornalista, pesquisador acadêmico e professor universitário. Militante ambientalista histórico do Estado de São Paulo, Maurício Waldman somou a esta trajetória experiências institucionais na área do meio ambiente e uma carreira acadêmica diversificada, com contribuições nas vertentes da antropologia, geografia, sociologia e relações internacionais. Antigo colaborador do líder seringueiro Chico Mendes, ativista de movimentos em defesa da Represa Billings e um dos veteranos da Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA, SP), Waldman foi elencado no ano de 2003 em enquete do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) como um dos 30 ambientalistas históricos do Estado de São Paulo. Nos anos 1980 e 1990, participou no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e em várias entidades ecológicas, dentre as quais o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta de São Paulo e o Comitê de

Fiscalização do Reator Nuclear do Projeto Aramar, em Iperó (SP). No plano institucional, Waldman foi Coordenador de Meio Ambiente em São Bernardo do Campo (SP) e Chefe da Coleta Seletiva de Lixo na capital paulista. Foi colunista, articulista e/ou colaborador da Agência Ecumênica de Notícias (AGEN), do jornal Diário do Grande ABC, Folha de São Paulo (Seção do Grande ABC), revista Tempo & Presença, site da Editora Cortez, boletim Linha Direta, revista Teoria & Debate, revista Ambiente Urbano, Home-Page do Prof Assessoria em Educação, site Cultura Verde, Secretaria de Comunicação de São Bernardo do Campo, jornal O Imparcial e da revista Brasil-África Magazine. Autor de 18 livros, 22 *ebooks* e de mais de 700 artigos, textos acadêmicos e pareceres de consultoria, Waldman lançou, dentre outras obras, *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil* (Contexto, 1992) e *Antropologia & Meio Ambiente* (SENAC, 2006), primeira obra brasileira no campo da antropologia ambiental. Como coautor, assinou em parceria obras como *Meio Ambiente e Missão: A Responsabilidade Ecológica das Igrejas* (Editora da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, 2003), *Guia Ecológico Doméstico* (Editora Contexto, 2000), *A Eco-92 e a Necessidade de um Novo Projeto* (Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção de Fortaleza, 1992) e *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida* (Coedição CEDI e Editora Global, 1991). Traduziu duas obras de peso: *El Ecologismo de los Pobres - Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración* (de Joan Martínez Alier) e com a colaboração da filósofa Bia Costa, *Fifty Major Philosophers* (de Diané Collinson). Maurício Waldman é graduado em Sociologia (USP (1982), licenciado em Geografia Econômica (USP, 1983), Mestre em Antropologia (USP, 1997), Doutor em Geografia (USP, 2006), Pós Doutor em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós Doutor em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós Doutor em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015).

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br;

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>;

Página em Academia.edu: <https://usp-br.academia.edu/Maur%C3%ADcioWaldman>

Biografia Wikipédia: http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman.

Contato Email: mw@mw.pro.br

3 Notar que muitos textos também fazem uso das terminologias *ocidente*, *sociedade moderna*, *ocidental* e/ou *contemporânea* para nominar a modernidade, entendida enquanto padrão civilizatório hegemônico, matriz da globalização.

4 No jargão geográfico, *ecúmeno* seria a superfície *habitável* e/ou *habitada* da Terra. Nesse exato sentido, o espaço habitado e ecúmeno são sinônimos a toda prova. Ecúmeno constitui, pois terminologia indissociável das disciplinas e das especialidades voltadas para o estudo do território.

5 “Até a grande experiência colonial que se inicia algo antes de 1492 e que vai até a industrialização maciça da Europa, a relação com o meio ambiente não foi pensada como dominação ou transformação da natureza, senão como um intercâmbio com forças naturais frequentemente sacralizadas em mitos ou cosmologias religiosas” (Cf. ALIER, 1992: 49).

6 Caberia atestar que *cerrado* constitui terminologia biogeográfica concernente à paisagem savaneira sul-americana, particularmente a do Brasil.

7 Os uros, uris ou auroques são descritos em várias fontes latinas e em narrativas celtas. Elas se referem a um tipo de bovídeo gigantesco, que vivia profusamente na Europa Ocidental ainda nos tempos da conquista romana da Gália. Júlio César deixou-nos a seguinte menção ao animal, extinto no século XVII: “Esses *uri* têm quase o tamanho dum elefante, mas de natureza, cor e forma são touros. Eles têm muita força e grande velocidade: não poupam nem homem nem animal uma vez que os avistem” (*Commentarii de Bello Gallico*). As imagens mais conhecidas dos uros estão retratadas no complexo de Lascaux, França. Especialistas em heráldica, numismática e toponímia creditam aos uros a procedência de imagens e referências espaciais difusas em muitos produtos culturais da Europa e da Ásia.

8 O início do povoamento da América tem sido reavaliado mediante a descoberta de novos jazigos arqueológicos. Se contada exclusivamente pelos registros fósseis da paleontologia física, o *Homo sapiens* teria povoado o continente por volta de 14 mil anos atrás. Contudo, com base na antropologia molecular, baseada no estudo do DNA de populações modernas, a data recuaria vários milhares de anos, em vista de que evidências genéticas apontam para uma colonização anterior a esta data, ponderação que consta em estudos apresentados no 51º Congresso Brasileiro de Genética (*Manchetes Socioambientais*, edição de 12-09-2005).

9 Acredita-se que os ocupantes de Madagascar desembarcaram nesta ilha a partir de expedições canoieras provenientes de Bornéu, na Insulíndia, no período entre 2000 a.C e 500 d.C. Em princípio, esses povoadores humanizaram um espaço que se configurava como um dos últimos territórios virgens para a espécie humana.

10 Os *vikings* se substantivavam bem mais como entidade histórico-sociológica do que antropológica. Neste sentido, não constituíam propriamente uma etnia, mas sim um conjunto de povos de origem germânica, assentados originalmente em diversas paragens da Escandinávia e posteriormente, em outros pontos da Europa (Normandia, Rússia, Sicília, Grã-Bretanha, Irlanda, Ilha de Man, Faroe e Islândia) e na América Boreal (Groenlândia e Terra Nova). A palavra *viking*, parece etimologicamente derivar do germânico antigo *vikingar*: saqueadores.

11 Lembra o historiador Jean Vercoutter, um oásis não é apenas uma mancha verde sobre uma extensão amarela, como nossos Atlas nos ensinaram a imaginá-lo. Na realidade, um oásis é constituído por um conjunto de condições físicas e humanas tão

intimamente associadas que basta faltar uma para que este espaço dito 'natural', deixe de existir. Estas condições seriam em número de três: presença de água, terra arável e, trabalho humano. Acatando esta linha de colocações, o milagre egípcio, o único, é que o Nilo fornece simultaneamente, a água e a terra arável, tudo o mais é devido ao homem (*apud* VERCOUTTER, 1974: 17).

12 Note-se que paradoxalmente, embora fruto do labor humano, essas espécies terminaram "naturalizadas" no transcorrer da história e percebidas como provenientes do meio natural ou então, assimiladas como um presente oferecido aos humanos pelas divindades.

13 Os *Centros de Origem de Vavilov* constitui referência ao notável biólogo soviético Nicolai Ivanovich Vavilov (1887-1943), consistem de oito grandes espaços separados geograficamente por desertos, planícies, rugosidades montanhosas e grandes massas oceânicas, alguns dos quais subdivididos, nos quais na remota antiguidade, se processou grande parte da domesticação de espécies.

14 Note-se que para determinadas correntes da antropologia, questiona-se o uso do conceito de *civilização* para o caso de Páscoa, basicamente em razão de que uma das mais categóricas evidências de uma civilização é a consecução de vida urbana, fato rigorosamente ausente em Páscoa.

15 Em Páscoa, um território irrisório (163,6 km²), isolado no Pacífico Oriental e distante 2.075 quilômetros das Ilhas Pitcairn, o mais próximo grupo de ilhas na Oceania, e 3.512 quilômetros do litoral chileno, na América do Sul, quase todos os recursos ecológicos locais foram esgotados, induzindo um severo colapso dos equilíbrios ambientais, cuja derrocada, tragou violentamente o *status quo*, não deixando nada para trás, a exceção das gigantescas estátuas de pedra, os *moais* (Vide DIAMOND, 2005: 105-152).

16 "Desse modo, certas regiões, atualmente abandonadas pelos homens e que aparentam jamais terem sido povoadas, são na realidade setores transformados e empobrecidos por uma ação humana inconscientemente devastadora. A floresta que se estende ao Sul do Yucatán, na proximidade da fronteira guatemalteca, é quase desabitada. Ora, essa mesma região foi um dos focos da civilização maia, há uma dezena de séculos atrás" (DOLLFUS, 1972: 32).

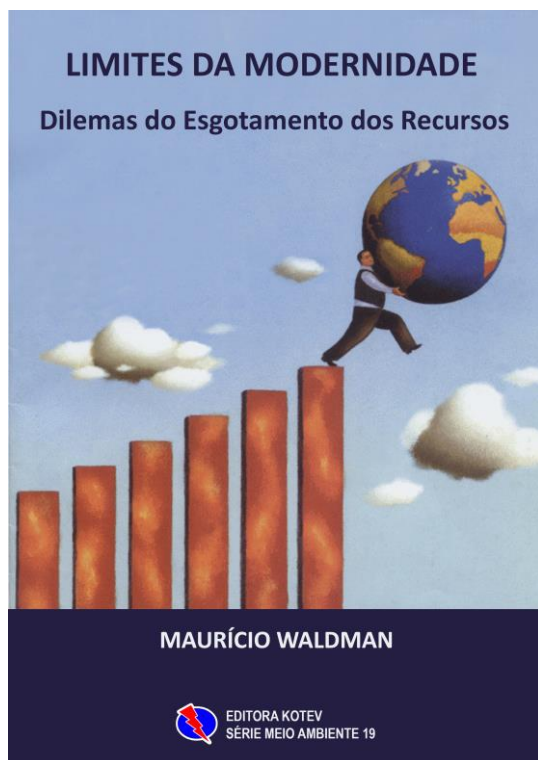
17 No pensamento do geógrafo Milton SANTOS, os objetos espaciais configuram acréscimos que ofertam ao espaço habitado conteúdos técnicos e funcionais, imbuídos da artificialidade condizente aos sistemas que os engendraram, sendo animados por sistemas de ações tendentes a legitimá-los enquanto marcos espaciais que respaldam determinado sistema de engenharia (1999: 51).

18 Aparte situações nas quais as terminologias tempo e temporalidade convivem em condição de sinonímia, em outras, nos remetem a dois conceitos diferentes: enquanto que *tempo* implica em um entendimento de uma acepção social mais geral, *temporalidade* diria respeito à forma como diferentes apreensões da fruição do tempo

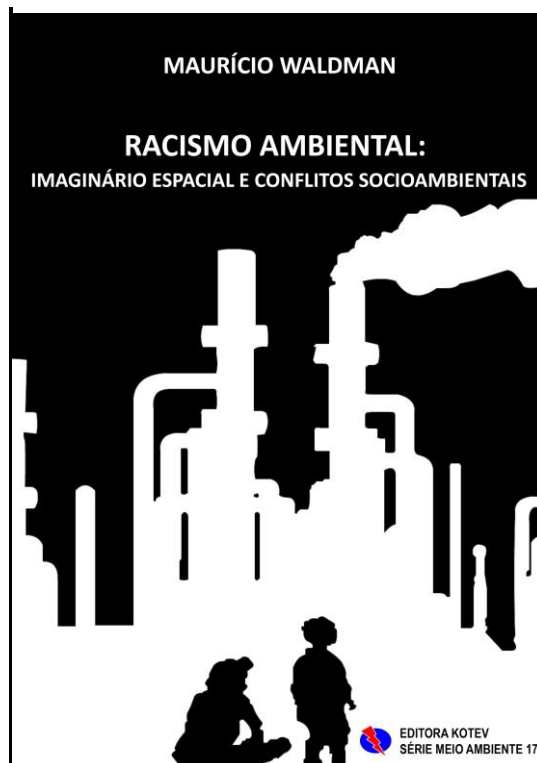
é desenvolvida no interior do espaço de uma determinada sociedade.

19 Nessa visada, recorde-se que sociedades como a dos Inuit no Ártico, dos Nuer do Sudão, dos Yanomami sul-americanos, dos Saami da Escandinávia e dos Papuas da Nova Guiné, dentre muitas outras, lograram reproduzir durante séculos ou mesmo por sucessivos milênios, estratégias ecologicamente perduráveis de utilização dos recursos naturais.

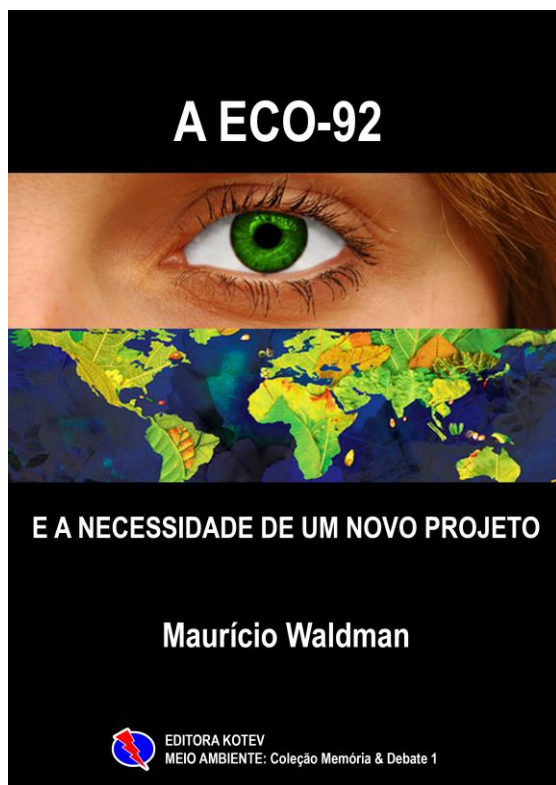
PARA SABER MAIS SOBRE CRISE AMBIENTAL DA MODERNIDADE



[CLICAR AQUI PARA ABRIR O TÍTULO](#)



[CLICAR AQUI PARA ABRIR O TÍTULO](#)



[CLICAR AQUI PARA ABRIR O TÍTULO](#)



[CLICAR AQUI PARA ABRIR O TÍTULO](#)

CONHEÇA A SÉRIE MEIO AMBIENTE



<http://mwtextos.com.br/serie-meio-ambiente/>



Os debates sobre MEIO AMBIENTE são um pilar central de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016. Também trabalhamos com temas relacionados com RELAÇÕES INTERNACIONAIS, AFRICANIDADES, CARTOGRAFIA, ANTROPOLOGIA e EDUCAÇÃO POPULAR.

Saiba mais sobre a EDITORA KOTEV. Acesse nossa página:

<http://kotev.com.br/>

Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo:

atendimento@kotev.com.br